Nome do Evento: 7º Seminário de Graduação e Pós-Graduação em Relações Internacionais da Associação Brasileira de Relações Internacionais (ABRI): “Rumo à multipolaridade? Tensões, alianças e o lugar do Brasil na ordem global”

Data e Local do Evento: virtualmente no dia 06 de dezembro e presencialmente nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 2024

Área temática: Análise de Política Externa

Título do Trabalho em letras maiúsculas e em negrito (Idêntico ao título da proposta aprovada): A Internacionalização da Educação Superior no Brasil: O PEC-G e a Cooperação Sul-Sul

Nome completo e instituição das(os) autoras(es): Dorland Pohang Angoboul - UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana

Resumo
Os efeitos da globalização e o aumento do multilateralismo levaram o Brasil a ampliar sua política de cooperação com os países do Sul-Global para criar e fortalecer alianças estratégicas, promover o desenvolvimento econômico conjunto e aumentar a influência política em fóruns internacionais. A partir de 2003, com a ascensão de governos progressistas, intensificaram-se as relações culturais com a África. Programas educacionais e de intercâmbio impulsionaram o aprendizado do português por estudantes africanos em instituições de ensino brasileiras. Logo, o português tornou-se um importante veículo tanto para a inclusão social desses estudantes no Brasil, quanto para sua inserção no cenário internacional. Assim, o presente trabalho pretende responder à pergunta: De que forma a diplomacia cultural amplia a presença do Brasil na África? Portanto, este trabalho busca elucidar como o ensino-aprendizagem do português tem sido utilizado pelo Brasil para expandir sua influência em países africanos não pertencentes à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), destacando os interesses estratégicos por trás desse movimento. A análise se baseia na revisão bibliográfica sistemática e na investigação das políticas educacionais implementadas, com destaque para o programa Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), e no impacto dessas iniciativas sobre a projeção internacional brasileira no continente africano.

Palavras-chave: Português como Língua Estrangeira (PLE); Cooperação Sul-Sul; Diplomacia cultural.

Introdução

A internacionalização das instituições de ensino superior (IES) do Brasil, mediante o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), tem no ensino do Português como Língua Estrangeira (PLE) um de seus principais pilares estratégicos, especialmente nas relações com o continente africano. Como apontam Leal e Moraes (2018, p. 343), "a Educação Superior refere-se a um dos principais setores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no âmbito da Política Externa Brasileira (PEB)". Criado em 1965, o programa emergiu por meio da intensificação da cooperação internacional na política externa brasileira, tendo como diferencial a exigência do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) como requisito fundamental para os estudantes, consolidando assim a língua portuguesa como instrumento de soft power nas relações com Estados do Sul Global e principalmente dos africanos, que foram os primeiros a fazerem uso deste programa educacional para estudar no Brasil.

O Programa PEC-G, conforme analisam De Barros e Nogueira (2015), oferece oportunidades de graduação voltadas a pessoas provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Todo ano há oferta de vagas em universidades públicas e particulares, ampliando os horizontes do corpo docente, administrativo e discente destas universidades cujo número de adesão ao programa vem crescendo cada vez mais.

O ensino da língua portuguesa, neste contexto, representa um dos principais campos para o estabelecimento de laços cooperativos para o desenvolvimento, transcendendo as questões meramente linguísticas. Como argumentam Diniz e Bizon, o PLE faz parte de uma agenda positiva das relações exteriores, promovendo os relacionamentos entre o Brasil e os países africanos por intermédio de seus cidadãos, uma vez que as parcerias entre os Estados não se limitam a questões ligadas somente à defesa, segurança e comércio exterior.

O trabalho de pesquisa almeja analisar como o ensino do português brasileiro, por meio do PEC-G, tem funcionado como instrumento de política exterior na África, especialmente durante o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Visentini (2010, p. 1) destaca que este período foi marcado por "uma visão estratégica e uma perspectiva coerente" nas relações Brasil-África, especialmente

com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), sendo criada, inclusive, a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira ou Unilab no ano 2010.

A internacionalização da educação superior praticada mediante o PEC-G vem historicamente acompanhada de um reforço da língua portuguesa como parte integrante e fundamental do programa. De Lima (2024) analisa como esta dimensão linguística ganhou ainda mais relevância com a promulgação da Lei 11.923/2024, que instituiu o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE). Este novo programa, implementado em 2024, representa uma expansão das políticas linguísticas brasileiras ao ofertar vagas específicas em cursos de língua portuguesa para estudantes estrangeiros, complementando assim as ações já existentes do PEC-G.

O PEC-PLE surge como uma resposta estratégica à crescente demanda pelo aprendizado do português brasileiro, levando os estudantes PEC-G, em seu primeiro ano, a prestarem a prova do Celpe-Bras como requisito para o início dos cursos de graduação. Delfino (2022) observa que o certificado de proficiência em português representa um campo singular para o estabelecimento de laços cooperativos entre o Brasil e o continente africano. O Celpe-Bras, ao promover explicitamente as particularidades linguísticas e culturais do português brasileiro, faz parte de uma agenda estratégica das relações exteriores, estabelecendo vínculos que transcendem as questões meramente técnicas de avaliação de proficiência.

Milani et al. (2016, p. 13) ressaltam que "existem tipos distintos de experiências históricas que mobilizam diferentes atores domésticos e priorizam agendas temáticas com base em motivações políticas e desenhos institucionais variados". Esta observação se aplica diretamente ao PEC-G e à difusão do PLE, que atuam como instrumentos de projeção da influência brasileira no continente africano. Essa relevância é evidenciada pela expressiva participação de estudantes africanos no programa, que representam a maioria absoluta dos selecionados. Em 2024, por exemplo, os dados do governo brasileiro indicam que 86% dos estudantes aprovados no programa eram provenientes de países africanos (Brasil, 2024).

Morgenthau (1962, p. 301) fornece uma base teórica para compreender como a promoção do português brasileiro na África – principalmente através do PEC-G e do Celpe-Bras – materializa o soft power brasileiro. O autor argumenta que a ajuda externa, incluindo a cooperação educacional, representa uma das inovações mais complexas na prática da política externa moderna. Destarte, abordar o tema proposto é importante posto que, nas relações entre os Estados, a influência linguística e cultural tem se mostrado um instrumento cada vez mais relevante na consecução de objetivos diplomáticos.

O interesse desta pesquisa reside em compreender como o Brasil utiliza o ensino do português como mecanismo de inserção internacional, não através da coerção, mas sim da atração e da cooptação cultural. Ademais, a escolha deste tema se baseia na posição do Brasil (26º lugar) no índice The Soft Power 30, buscando analisar como a política linguística externa contribui para esta classificação, com especial atenção ao papel do PLE na África.

Essa investigação será norteada a partir do conceito de Diplomacia Linguística, verificando-se sua relevância para a Política Externa Brasileira, a exemplo do que ocorre em países que usam das engrenagens do soft power para sua projeção internacional. Para tanto, recorreremos aos debates acerca da diplomacia cultural, da internacionalização da educação superior e do papel do português como língua internacional, seguindo a linha de análise proposta por Filho (2013) sobre as dimensões políticas e econômicas das relações internacionais contemporâneas.

Desenvolvido a partir de um método qualitativo, com base em fontes primárias (como leis, decretos e documentos oficiais) e secundárias (artigos, teses e dissertações relativos ao tema), o trabalho é estruturado em três seções. Na primeira seção, estabelece-se um panorama histórico do PEC-G e PEC-PLE como políticas de internacionalização da educação e política linguística externa do Brasil. Em seguida, analisa-se o Celpe-Bras como instrumento de soft-power no âmbito da cooperação Brasil-África para, na última seção, entender os desdobramentos desses programas nas relações sul-sul.

A política linguística externa brasileira e a internacionalização da educação superior: do PEC-G ao PEC-PLE

A política linguística externa brasileira tem se manifestado historicamente através de programas educacionais estratégicos, com o PEC-G ocupando um papel central neste cenário. Como argumentam Leal e Moraes (2018, p. 343), "a Educação Superior refere-se a um dos principais setores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento no âmbito da Política Externa Brasileira (PEB)", evidenciando a importância do setor educacional na projeção internacional do Brasil.

O Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, emergiu em um contexto de intensificação da cooperação internacional na política externa brasileira (Leal & Moraes, 2018). O programa surgiu como uma iniciativa estratégica para oferecer oportunidades de graduação a estudantes provenientes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantinha acordos educacionais e culturais, consolidando-se como um instrumento de cooperação educacional internacional.

Esta iniciativa não apenas marca o início da sistematização da cooperação educacional brasileira, mas também representa um momento importante na definição do papel da língua portuguesa como instrumento de política externa. A implementação do PEC-G representou um marco na internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras, estabelecendo um mecanismo estruturado para a recepção e formação de estudantes estrangeiros.

Amaral (2013) demonstra como o PEC-G emerge em um contexto histórico específico de intensificação das relações Sul-Sul, destacando que o programa não surgiu apenas como uma iniciativa educacional isolada, mas como parte de uma estratégia mais ampla de cooperação internacional, onde o Brasil buscava estabelecer novos paradigmas de relacionamento com países em desenvolvimento. Esta perspectiva é substancialmente reforçada por De Lima, Silva e Falcão (2024), que identificam a internacionalização da língua portuguesa como uma ferramenta estratégica fundamental do governo brasileiro para suas relações exteriores, especialmente no contexto africano.

De acordo com de Barros e Nogueira (2015), o programa consolidou-se como um pilar fundamental no fortalecimento dos laços educacionais e culturais entre o Brasil e os países parceiros, especialmente os africanos, por três razões principais: primeiro, pela criação de uma rede de profissionais formados no Brasil que, ao retornarem aos seus países de origem, atuam como pontes culturais e facilitadores de novas parcerias; segundo, pela promoção do intercâmbio de conhecimentos e experiências acadêmicas que enriquecem tanto as instituições brasileiras quanto as dos países parceiros; e terceiro, pelo estabelecimento de um canal institucionalizado de cooperação educacional que serve como base para outras iniciativas de colaboração internacional no campo da educação superior.

Um ponto de inflexão na história do PEC-G ocorreu em 1999, com a implementação do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras) como requisito para os estudantes participantes (De Lima; Silva; Falcão, 2024). Esta exigência consolidou o papel da língua portuguesa como instrumento de soft power nas relações com Estados do Sul Global, particularmente com os países africanos.

A participação de estudantes africanos no PEC-G evidencia o alcance da política linguística externa brasileira no continente. Em 2024, os dados oficiais do governo brasileiro indicam que 86% dos estudantes aprovados no programa eram provenientes de países africanos (Brasil, 2024b), demonstrando a predominância do continente africano como principal beneficiário dessa iniciativa de cooperação educacional.

Esta presença africana reflete tanto o interesse dos países do continente pelo ensino superior brasileiro quanto os resultados da política de aproximação do Brasil com a África, especialmente durante o governo Lula (2003-2010), período em que houve uma intensificação das relações diplomáticas com o continente (Visentini, 2010). Como argumenta Milani et al. (2016), esta aproximação se materializou através de diferentes mecanismos de cooperação, sendo a dimensão educacional-linguística um dos pilares mais expressivos desta política. A implementação do Celpe-Bras como requisito do PEC-G fortaleceu a dimensão linguística da cooperação educacional e ampliou as possibilidades de intercâmbio

cultural e acadêmico, pois transcende sua função avaliativa para se tornar um elemento estratégico nas relações exteriores do Brasil.

A promulgação da Lei 11.923/2024, que instituiu o Programa de Estudantes-Convênio de Português como Língua Estrangeira (PEC-PLE), representou também uma expansão das políticas linguísticas brasileiras. Este novo programa, implementado em 2024, surge como uma resposta à demanda pelo aprendizado do português brasileiro, oferecendo vagas em cursos de língua portuguesa para estudantes estrangeiros.

Desta maneira, o PEC-PLE complementa as ações do PEC-G, fortalecendo o primeiro ano de preparação linguística dos estudantes para a realização do Celpe-Bras. Esta iniciativa demonstra um reconhecimento institucional da importância do ensino da língua portuguesa como elemento na cooperação educacional internacional.

Um aspecto relevante desta política linguística é minuciosamente analisado por Delfino (2022), que realiza uma investigação crítica das fragilidades estruturais na promoção internacional da língua portuguesa pelo Brasil. A autora argumenta que existem características intrínsecas ao modelo brasileiro que “mitigam, voluntária e involuntariamente, o impacto político das intervenções realizadas internacionalmente”. Esta análise é particularmente relevante ao considerarmos o papel do Celpe-Bras como requisito obrigatório para o PEC-G, uma decisão que, segundo a autora, reflete tanto as ambições quanto às limitações da política linguística externa brasileira.

De acordo com Milani et al. (2016, p. 15), a complexidade desta política se manifesta na forma como “diferentes atores domésticos” são mobilizados e como “agendas temáticas” são priorizadas com base em motivações políticas específicas. Os autores enfatizam que o desenho institucional desses programas reflete não apenas objetivos educacionais, mas também ambições geopolíticas mais amplas, especialmente no que diz respeito às relações com o continente africano.

Assim, a evolução histórica desta política linguística pode ser dividida em três fases distintas. A primeira, marcada pela criação do PEC-G em 1965, caracterizou-se por uma abordagem mais pragmática e focada na cooperação

técnica. A segunda fase, iniciada com a implementação do Celpe-Bras como requisito obrigatório em 1999, representou uma mudança na política linguística externa brasileira, estabelecendo padrões mais rigorosos e sistematizados para a avaliação da proficiência em português. A terceira e atual fase, marcada pela criação do PEC-PLE em 2024, demonstra uma sofisticação ainda maior desta política, com foco específico no ensino da língua portuguesa como instrumento de soft power.

Como argumentam Diniz e Bizon (2015), esta evolução reflete uma compreensão crescente do papel estratégico da língua portuguesa nas relações internacionais do Brasil, especialmente com os países africanos.

O Celpe-Bras como Instrumento de Soft Power na África

Enquanto outras certificações tendem a avaliar competências linguísticas de forma isolada, o exame brasileiro parece propor uma avaliação baseada em tarefas que procuram reproduzir situações de uso da língua, incorporando elementos culturais brasileiros em sua estrutura (Delfino, 2022). Esta característica pode indicar uma tentativa de transformar o exame em um possível veículo não apenas de avaliação linguística, mas também de difusão cultural. Segundo Delfino (2022), esta promoção aparenta ocorrer de maneira indireta através dos aspectos fonológicos, lexicais e pragmáticos presentes no exame.

O papel do Celpe-Bras nas relações acadêmicas Brasil-África pode ser analisado a partir de sua função como requisito para programas como o PEC-G e PEC-PG. A pesquisa de Milani et al. (2016) sugere que esta exigência pode produzir efeitos diversos: ao mesmo tempo em que busca assegurar uma preparação linguística para o ambiente acadêmico, estabelece também determinados padrões culturais e linguísticos que favorecem a variante brasileira do português.

A análise das relações Brasil-África durante o governo Lula (2003-2010) revela como a certificação Celpe-Bras se estabeleceu como instrumento de soft-power na política externa brasileira. Visentini (2010, p. 1) ressalta que “uma visão estratégica e uma perspectiva coerente foram as novas bases das relações Brasil-África, que se tornaram o principal foco da chamada cooperação sul-sul”. Neste contexto, o exame de proficiência emerge não apenas como ferramenta de avaliação linguística, mas como mecanismo de aproximação cultural e política.

A dimensão estratégica do Celpe-Bras se materializa em sua própria estrutura avaliativa. Como apontam Diniz e Bizon (2015), o exame incorpora elementos culturais brasileiros em suas provas, promovendo não apenas o domínio do idioma, mas também a compreensão e assimilação de valores culturais específicos do Brasil. Esta característica revela uma política linguística que ultrapassa a mera certificação de competências idiomáticas, estabelecendo-se como via de influência cultural.

Na análise das relações Brasil-PALOP, Milani et al. (2016, p. 13) identificam uma complexa rede de interações onde “existem tipos distintos de experiências históricas que mobilizam diferentes atores domésticos e priorizam agendas temáticas com base em motivações políticas e desenhos institucionais variados”. Esta observação se aplica diretamente ao papel do Celpe-Bras na política externa brasileira para África, onde o exame atua como ponte entre objetivos educacionais e aspirações geopolíticas (Delfino, 2022).

Assim, analisar o Celpe-Bras como instrumento de soft power está diretamente relacionado às diretrizes da política externa brasileira para África, especialmente após 2003. Os estudos de Visentini (2010) indicam que a diplomacia brasileira buscou priorizar o continente africano como parte de uma estratégia de cooperação Sul-Sul. Neste contexto, o exame contribui para esta estratégia através da promoção não apenas da língua, mas também de elementos culturais brasileiros.

A implementação do Celpe-Bras nos países africanos segue um padrão estratégico de distribuição geográfica. Os centros aplicadores do exame, estabelecidos principalmente em capitais e centros urbanos importantes, formam uma rede de difusão do português brasileiro que se estende além dos PALOP. A respeito disso, De Lima (2024) e Leal e Moraes (2018), dizem que esta expansão territorial do exame representa uma tentativa consciente de ampliar a esfera de influência linguística brasileira no continente africano.

Além disso, De Barros e Nogueira (2015) destacam que a política de aplicação do Celpe-Bras na África se integra a um conjunto mais amplo de iniciativas educacionais brasileiras no continente. Os autores argumentam que estas ações, quando analisadas em conjunto, revelam uma estratégia coordenada de projeção de

poder brando, onde a língua portuguesa atua como vetor de influência cultural e política.

A eficácia desta estratégia pode ser avaliada por meio de diversos indicadores. Estudos conduzidos por Gómez (2018) revelam um aumento consistente no número de candidatos africanos ao Celpe-Bras, com destaque para países não lusófonos. Esses achados são respaldados por dados oficiais do governo brasileiro, que registram 1.744 candidatos aos programas PEC-G e PEC-PLE para a edição de 2025, marcando o maior número de inscrições até o momento (Brasil, 2024b).

Este fenômeno evidencia a consolidação do português brasileiro como língua de prestígio acadêmico e profissional no continente africano. Em resposta a essa tendência, o Decreto 11.923/2024 instituiu a mais recente modalidade PEC-PLE, visando fortalecer o papel do Celpe-Bras como instrumento de política linguística externa. Esta iniciativa estabelece uma estrutura dedicada à preparação dos candidatos para o exame, reforçando a importância estratégica do Celpe-Bras no cenário internacional

Desdobramentos da Política Linguística Brasileira nas Relações Sul-Sul

Completando 60 anos em 2025, o PEC-G se caracteriza como o mais antigo programa de internacionalização da educação superior brasileira. O PEC-G, que completa 60 anos em 2025, representa um dos instrumentos mais duradouros da política externa educacional brasileira. Em 2024, o programa ofereceu 8 mil vagas em mais de 100 instituições de educação superior (Brasil, 2024b). Leal e Moraes (2018) identificam uma transformação estrutural no programa ao longo de suas seis décadas: o que iniciou como um mecanismo de controle migratório evoluiu para um instrumento de cooperação Sul-Sul. Esta mudança pode ser observada nos dados do processo seletivo para 2025, que registrou 1.691 candidaturas de 49 países - mais do que o dobro do ano anterior.

A implementação do PEC-PLE em 2024 introduziu uma nova dimensão ao papel do Celpe-Bras no sistema de cooperação educacional. Com 936 vagas distribuídas em 39 instituições, o programa estabelece uma etapa preparatória que pode alterar o perfil dos candidatos ao PEC-G. Delfino (2022) observa que esta

estruturação em dois níveis - preparação linguística e ingresso acadêmico - fortalece a formação de redes acadêmicas internacionais. O modelo adotado pelo Brasil difere de outras experiências internacionais ao integrar explicitamente o ensino de língua à política de internacionalização universitária.

Segundo os dados apresentados pelo MEC, a distribuição geográfica dos aprovados no processo seletivo 2025 mostra um protagonismo da África: Angola (259), República do Congo (257), Guiné-Bissau (194), Cabo Verde (121) e Moçambique (67). Observando tais dados de acordo com Visentini (2010), nota-se que a influência linguística brasileira opera em diferentes níveis nos países africanos. Nos PALOP, por exemplo, a língua atua como facilitador de uma cooperação mais ampla, enquanto em países como a República do Congo, o português brasileiro emerge como uma nova língua de interesse estratégico. A partir disso, entendemos que o ensino da língua portuguesa, através do PEC-G e do Celpe-Bras, perpassa a dimensão puramente educacional.

A política linguística externa do Brasil se desenvolve de forma dual, servindo tanto como instrumento de cooperação técnica quanto como mecanismo de projeção de soft power (De Barros, Nogueira, 2015). Essa dualidade pode ser observada em diversos aspectos da cooperação educacional internacional brasileira, especialmente no Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e na criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Assim, De Barros e Nogueira (2015) identificam ações estratégicas da na formulação da internacionalização da educação superior por parte da Política Externa Brasileira:

> Iniciativas governamentais estabelecidas a partir da lógica da cooperação para o desenvolvimento e da cooperação internacional propriamente dita, como é o caso do Programa Estudantes-Convênio de Graduação e o da UNILAB, se por um lado reforçam o soft power (poder brando) brasileiro junto ao Sul global, por outro correspondem a ações concretas de estreitamento de laços políticos e sociais entre os países da CPLP. No que tange ao Brasil propriamente dito, conforme Mungoi (2007, p. 213), ademais, torna-o um país de “imigração temporária e formação superior” (De Barros; Nogueira, 2015, p.130).

O impacto desta política linguística nas relações Sul-Sul pode ser observado em três dimensões principais. A primeira, analisada por Leal e Moraes (2018), refere-se à formação de uma elite intelectual africana familiarizada com a cultura e a variedade linguística brasileiras. Os autores destacam como este processo contribui para a construção de laços duradouros entre o Brasil e os países africanos, transcendendo os limites temporais dos programas educacionais.

A segunda dimensão, explorada por Diniz e Bizon (2015), relaciona-se à construção de uma identidade linguística distintivamente brasileira no espaço lusófono. Os autores argumentam que a política linguística externa do Brasil, ao promover explicitamente sua variante do português, estabelece um contraponto às influências linguísticas portuguesas tradicionalmente presentes no continente africano.

A terceira dimensão, analisada por Delfino (2022), aborda os desafios e limitações desta política. A autora identifica como certas características estruturais do modelo brasileiro de promoção linguística podem restringir seu alcance e efetividade. No entanto, ela também reconhece que estas limitações não impedem que a política linguística brasileira alcance resultados expressivos em termos de cooperação Sul-Sul.

Os desdobramentos práticos da política linguística brasileira podem ser observados em várias frentes, conforme documentado por Leal e Moraes (2018) e De Lima et al. (2024). Em primeiro lugar, os autores destacam que houve um aumento constante no número de centros aplicadores do exame Celpe-Bras na África. Essa expansão reflete o compromisso do Brasil em promover a proficiência em língua portuguesa no continente africano, especialmente em países não lusófonos.

Em segundo lugar, o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) foi ampliado para incluir países que não têm o português como língua oficial. Essa ampliação do escopo indica o interesse do Brasil em atrair uma gama mais diversificada de estudantes internacionais e fomentar a cooperação educacional além de seus parceiros lusófonos tradicionais.

Em terceiro lugar, a criação do PEC-PLE (Programa de Estudantes-Convênio - Português como Língua Estrangeira) representa uma nova iniciativa especificamente projetada para apoiar estudantes estrangeiros na aprendizagem do português. Esse

programa demonstra a abordagem proativa do Brasil para superar barreiras linguísticas que poderiam dificultar intercâmbios acadêmicos internacionais.

Esses desenvolvimentos, analisados por De Lima et al. (2024), apontam para uma evolução contínua na política linguística externa do Brasil. A política parece estar se adaptando às mudanças no cenário internacional, mantendo seus objetivos fundamentais de fomentar a cooperação e promover o desenvolvimento. Ao expandir as instalações de testes de língua, diversificar programas de intercâmbio estudantil e criar iniciativas específicas de aprendizado de línguas, o Brasil está efetivamente utilizando o idioma como uma ferramenta de diplomacia cultural e engajamento internacional.

É importante notar que essas mudanças políticas se alinham com tendências mais amplas na política externa brasileira, particularmente sua ênfase na cooperação Sul-Sul e seus esforços para fortalecer laços com nações africanas. As iniciativas linguísticas não servem apenas a propósitos educacionais, mas também apoiam os objetivos diplomáticos e econômicos mais amplos do Brasil na arena global.

Considerações finais

A internacionalização da língua portuguesa pelo Brasil se insere em uma estratégia mais ampla de política externa, que busca combinar elementos de soft power, como a promoção cultural e linguística, com objetivos políticos e econômicos concretos. Essa abordagem reflete a compreensão de que, no atual cenário internacional, a cultura e a língua são recursos importantes para a projeção de poder e influência de um país. A diplomacia cultural brasileira, particularmente através da promoção da língua portuguesa e de programas educacionais, tem ampliado significativamente a presença do Brasil na África. Esta ampliação se manifesta de várias formas, incluindo a formação de redes acadêmicas, projeção linguística, cooperação Sul-Sul, fortalecimento do soft power, diversificação de parcerias e formação de uma elite intelectual africana familiarizada com a cultura e a variedade linguística brasileiras.

Os programas como PEC-G e PEC-PLE têm contribuído para a criação de uma rede de profissionais e acadêmicos africanos com fortes laços culturais e linguísticos com o Brasil. Estes indivíduos, ao retornarem a seus países de origem, atuam como "embaixadores culturais" informais, fortalecendo as relações bilaterais. A promoção do português brasileiro através do Celpe-Bras e dos programas educacionais têm estabelecido uma presença linguística distintamente brasileira no continente africano, servindo como contraponto à influência linguística portuguesa tradicionalmente presente. A política linguística externa do Brasil tem se tornado um pilar importante da cooperação Sul-Sul, transcendendo a mera colaboração técnica para se tornar um instrumento de aproximação cultural e política. A difusão da língua e cultura brasileiras têm fortalecido o soft power do Brasil na África, criando uma imagem positiva do país e facilitando a cooperação em outras áreas, como comércio e política. Além disso, a expansão dos programas educacionais para países não lusófonos tem permitido ao Brasil ampliar sua esfera de influência para além dos tradicionais parceiros da CPLP.

A evolução das políticas linguísticas e educacionais, como evidenciado pela criação do PEC-PLE e pela expansão do Celpe-Bras, demonstra uma adaptação contínua da estratégia brasileira às mudanças no cenário internacional. Essa flexibilidade permite ao Brasil manter e ampliar sua influência cultural no continente africano.

Referências bibliográficas

AMARAL, Joana de Barros; MENEGHEL, Stela Maria. Programa Estudante Convênio de Graduação (PEC-G): de um programa da década de 1960 para uma política educacional. **Reunião Científica da ANPEd**, v. 37, p. 16-29, 2015.

AMARAL, Joana de Barros. Atravessando o Atlântico: o programa estudante convênio de graduação e a cooperação educacional brasileira. 2013. 132 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional)—Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

BARROS, Deolindo de; NOGUEIRA, Silvia Garcia. **Cooperação Educacional Internacional Brasil/África: do Programa Estudantes Convênio de Graduação (PEC-G) à Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)**. Revista de Estudos Internacionais (REI), ISSN 2236-4811, Vol. 6 (2), 2015.

BRASIL. Decreto nº11.923, de 15 de fevereiro de 2024. 2024a. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d11923.htm>. Acesso em 03 jun 2024

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comissão técnica inicia seleção para o PEC-G 2025. Brasília: MEC, 2024b. Disponível em <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2024/outubro/comissao-tecnica-inicia-selecao-para-o-pec-g-2025>. Acesso em 26 out 2024

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Sobre o Programa. Brasília: MEC, 2024c. Disponível em <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cultura-e-educacao/temas-educacionais/programas-de-estudo-para-estrangeiros/pec-g/sobre#sobre>. Acesso em 20 set 2024

IZAKI GÓMEZ, Marina Ayumi. Saberes docentes no Ensino de Português Língua Estrangeira: proposta para ação pedagógica. **Estudos Linguísticos (São Paulo. 1978)**, *[S. l.]*, v. 50, n. 1, p. 227–242, 2021. DOI: 10.21165/el.v50i1.2902. Disponível em: https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/2902. Acesso em: 2 dez. 2024.

LEAL, Fernanda Geremias; MORAES, Mário César Barreto. **Política Externa Brasileira, Cooperação Sul-Sul e Educação Superior:** O **caso do Programa Estudante-Convênio**. Educ. Soc., Campinas, v. 39, nº. 143, p.343-359, abr.-jun., 2018.

MILANI, Carlos RS; CONCEIÇÃO, Francisco Carlos da; M'BUNDE, Timóteo Saba. Cooperação Sul-Sul em educação e relações Brasil-PALOP. **Caderno CrH**, v. 29, n. 76, p. 13-32, 2016.

MORGENTHAU, Hans. A political theory of foreign aid. **American political science review**, v. 56, n. 2, p. 301-309, 1962.

VISENTINI, Paulo Fagundes. South-South Cooperation, Prestige Diplomacy or "Soft Imperialism"? Lula's Government Brazil-Africa Relations. 2010.